Relatório da Administração - 2021

Enel Green Power Volta Grande S.A.

29 de abril de 2022

Relações com Investidores

https://www.enel.com.br/investidores.html| brasil.investorrelations@enel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Regulatório 2021

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Green Power Volta Grande S.A. (ou "Volta Grande") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1 PERFIL

*A Enel Green Power Volta Grande é uma geradora hidrelétrica situada entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, na região Sudeste do país. Desde 11 de novembro de 2017 é gerida pelo grupo Enel, cujo direito de operação por 30 anos foi adquirido em leilão realizado no mesmo ano, por um valor total de R$ 1.420 milhões.

Com uma capacidade total instalada de 380 MW, subdivididos em 4 unidades geradoras de 95MW cada, possui 231 MWm de energia assegurada. Em 2021, Volta Grande teve uma geração líquida de 1.190 GWh (1.745 GWh em 2020). A usina conta, ainda, com 13,8 km de linhas áreas de transmissão, sendo 6,8km de linhas de alta tensão e 7km de linhas de média tensão.

O grupo Enel, por meio da Enel Brasil S.A., detém 100% do seu capital.

2 CONTEXTO SETORIAL

Proposta de solução para a falta de liquidez do mercado no curto prazo

A partir de 2015, o mercado brasileiro de curto prazo enfrentou um cenário de judicialização que resultou no travamento das liquidações financeiras no âmbito da CCEE. Ao longo daquele ano, diversas liminares na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho térmico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo, devido a fatores não gerenciáveis não relacionados ao risco hidrológico. Dessa forma, as liminares isentavam os geradores hidráulicos de pagar suas dívidas no mercado de curto prazo, valor que atingiu cerca de R$ 10 bilhões.

Após a publicação da Lei nº 14.052, em 8 de setembro de 2020, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, em 1º de dezembro/2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 895/2020 (REN 895/2020) para regulamentar a compensação de riscos não hidrológicos assumida por hidrelétricas entre 2013 e 2020. Após apuração dos ativos regulatórios pela CCEE e ANEEL ao longo do primeiro semestre de 2021, os agentes firmaram o acordo de repactuação mediante desistência das discussões no âmbito judicial. Esse acordo resolveu o impasse dos geradores hidráulicos na Justiça e restaurou a liquidez no mercado brasileiro no curto prazo. Atualmente, resta um passivo no mercado de curto prazo de R$ 1 bilhão. Como próximos passos, a ANEEL precisa publicar despachos para postergar o fim das outorgas de autorização e assinar aditivos para postergar o fim dos contratos de concessão.

Para Volta Grande, o final da Concessão será postergado em 162 dias, encerrando em 11/05/2048, mediante aditivo ao Contrato de Concessão nº 004/2017 de 10/11/2017.

REN 899/2020 – Alocação de energia no MRE

Em 4 de dezembro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 899 que altera a Resolução Normativa nº 584 com as definições de alocação de energia do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) para os próximos anos.

A REN estabelece que até dezembro de 2026, continuarão existindo dois tipos de alocação: uma para lastro e outra para o MRE. Até esse ano, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia no MRE passarão a ter uma limitação entre 80% e 120% da geração média dos últimos cinco anos para cada usina. A partir de janeiro de 2027, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia do MRE devem atender ao perfil de geração média do MRE dos cinco anos anteriores ao de vigência da sazonalização da garantia física.

* Valores não auditados pelos auditores independenteste

No mesmo dia, a ANEEL também publicou a Resolução Normativa nº 898, que estabelece o tratamento regulatório para as exposições financeiras de energia secundária no MRE.

3 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Operacionais

	2021	2020	Variação	Var. %
Capacidade instalada (MW)	380	380	-	0,0%
Energia assegurada (Garantia Fisica) (MWmedia)	231	231	-	0,0%
Geração de energia elétrica - Total (GWh/ano)	1.190	1.745	- 555	-31,8%
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	1.512	2.000	(488)	-24,4%
Investimento Total (R$ Mil)	25.891	15.736	10.155	64,5%

Indicadores Patrimoniais

	2021	2020	Variação	Var. %
Ativo total (R$ Mil)	1.700.994	1.608.116	92.878	5,8%
Patrimônio líquido (R$ Mil)	753.957	674.412	79.545	11,8%
Valor patrimonial por ação (R$)	1,33	1,19	0,14	11,8%

4 DESEMPENHO OPERACIONAL

O índice de disponibilidade acumulado em 2021 foi de 90,5% (87,4% em 2020), devido a paradas de manutenção (incluindo programadas). A geração, em 2021, foi de 1.190 GWh, representando uma diminuição de 31,8 % em comparação a 2020 (1.745 GWh).
Do total de sua energia assegurada, 70% é comercializada através do regime de cotas com uma receita mensal fixa. Os outros 30% da geração são comercializados no mercado livre.

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2021	2020	Variação	Var. %
Receita operacional bruta	396.007	349.114	46.893	13,4%
Deduções à receita operacional	(47.232)	(39.900)	(7.332)	18,4%
Receita operacional líquida	348.775	309.214	39.561	12,8%
Custo do serviço e despesas operacionais	(141.411)	(118.992)	(22.419)	18,8%
Depreciação/amortização	(47.515)	(47.265)	(250)	0,5%
EBITDA (1)	**254.879**	**237.487**	**17.392**	**0,07**
Resultado financeiro	(104.564)	(60.901)	(43.663)	71,7%
Imposto de renda e contribuição social	(27.174)	(44.025)	16.851	-38,3%
Lucro líquido	**75.626**	**85.296**	**(9.670)**	**(0,11)**

(1) EBITDA: Custo do serviço + Depreciações e amortizações

A receita operacional líquida regulatoria de 2021, foi superior em R$ 39,6 milhões em relação ao ano de 2020, decorrente de; (i) Suprimento de energia - partes relacionadas com R$ 104,5 milhões em 2021 frente R$ R$ 85,0 milhões em 2020, um aumento de R$ 19,4 milhões; (ii) um aumento na receita anual de geração – RAG (incluindo partes relacionadas) no valor de R$ 19,5 milhões, fechando 2021 com R$ 266,9 milhões (R$ 247,5 milhões em 2020).

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Os custos do serviço e as despesas operacionais apresentaram um aumento de R$ 22,4 milhões em relação a 2020, explicado principalmente pelo (i) maior custo com energia elétrica comprada para revenda (incluindo partes relacionadas), equivalente a R$ 29,0 milhões, um aumento de R$ 8,3 milhões em comparação a 2020; (ii) custo de transporte de potência de energia (incluindo partes relacionadas), no valor de R$ 44,5 milhões em 2021, um aumento de R$ 4,4 milhões (R$ 40,2 milhões em 2020).
Estas variações resultaram em um aumento de R$ 17,4 milhões do EBITDA, que alcançou o montante de R$ 254,9 milhões em 2021 (R$ 234 milhões em 2020).
O resultado financeiro apresentou um valor líquido de R$ 104,6 milhões, um aumento de R$ 43,7 milhões em relação ao exercício anterior. As principais variações referem-se à (i) maior despesa com variação monetárias - dívidas, em um montante de R$ 43 milhões maior que o valor registrado em 2020 e; (ii) redução, em R$ 1,1 milhões, com juros e atualização monetárias de mercado curto prazo.
Em decorrência dos efeitos acima, o lucro líquido encerrou o exercício em R$ 75,6 milhões, uma redução de R$ 9,8 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior (R$ 85,3 milhões).

6 INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2021 somaram R$ 25,9 milhões, 64,5% acima do volume realizado em 2020. Os investimentos foram alocados principalmente em reforma e modernização das turbinas UG01, UG02 e UG03. Outro investimento importante no período foi a modernização do regulador de velocidade e também investimentos em segurança de barragem.

7 ENDIVIDAMENTO

A aquisição da concessão foi financiada com 60% de dívida com terceiros e 40% com capital próprio. Inicialmente, foi considerado um crédito ponte por um período de dois anos (2018-2019).
Em novembro de 2019, a Companhia estruturou um financiamento de longo prazo, por meio da sua 1ª emissão de debêntures. Foram captados R$ 800 milhões, em 2 séries, com prazo de 10 anos e um custo de IPCA + 3,70% a.a. Este financiamento está condicionado a manutenção do nível de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida Financeira / EBITDA (EBITDA societário), inferior a 4.0x.
Em 2021, o nível de alavancagem registrado foi de 1,97x (2,80x em 2020).

8 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Enel Green Power Volta Grande tem a sustentabilidade na estratégia do seu negócio e sempre busca conhecer as necessidades e expectativas do público das suas áreas de influência para a efetiva ação social e apoio ao desenvolvimento regional. O Plano de Sustentabilidade, importante ferramenta estratégica que utilizamos, é revisto anualmente, tem a participação de diversas áreas e reafirma o compromisso e o potencial da empresa em contribuir com o desenvolvimento sustentável do país e com a geração de valor para acionistas, colaboradores, clientes, comunidades, fornecedores e governo. A sustentabilidade faz parte não só da natureza do nosso negócio, mas também da nossa estratégia corporativa.

A atuação da empresa está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030 das Nações Unidas com o propósito de acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e prosperidade. Estamos especialmente comprometidos com seis dos 17 ODS: Educação de Qualidade (ODS 4); Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Em 2021 foram desenvolvidos os Programas de Educação Ambiental e de Comunicação Social para conscientização ambiental e preservação do entorno do reservatório da usina Volta Grande, que beneficiou moradores de comunidades do entorno da planta e 02 (duas) escolas com seus alunos e professores, do município de Conceição das Alagoas/MG, entorno da UHE, beneficiando cerca de 166 pessoas.

Ações como palestras virtuais, com participação dos professores da rede municipal, desenvolvimento de vídeos educativos com conteúdo ambiental, oficinas educativas ambientais e material didático, apoiam as Secretarias de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Social com ações nas escolas do município, especialmente neste período de pandemia. Mais de mil cartilhas foram para as escolas, além de vídeos desenvolvidos com conteúdo ambiental e de preservação do reservatório.

Além dos projetos específicos da Enel Green Power Volta Grande, a empresa também integra importantes iniciativas de sustentabilidade da holding, com destaque para:

Parceiro Responsável: Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2021, foram capacitadas 1.243 pessoas de 374 empresas fornecedoras, além de 176 colaboradores Enel, incluindo compradores e gestores de contrato. Entre os temas, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel, Conceitos ESG, Direitos Humanos, Gestão Ambiental, Economia Circular, Sistema de Gestão Integrado e Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) à estratégia das empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2021, o Plano de Ação teve um avanço de 69% das atividades planejadas para o biênio.

Rede do Bem: A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançada em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos nossos colaboradores e de milhares de pessoas que beneficiamos nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2021, o programa beneficiou 16 mil pessoas com a atuação de 2 mil voluntários nas 35 atividades, divididas entre “Campanhas Sazonais” (surgem ao longo do ano, como arrecadação de donativos, apoio em enchentes, material escolar, etc.), “Diversidade” (Mulheres de Energia - Encontros com estudantes do ensino médio e superior, o qual voluntárias da Enel falam sobre carreira e vida profissional) e “Natal com Propósito”, onde a Enel mais uma vez foi doadora e embaixadora da campanha Natal sem Fome da ONG Ação da Cidadania.

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: Criado com o objetivo de difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor – incentivando colaboradores, fornecedores, clientes e sociedade a adotar atitudes sustentáveis e criar valor compartilhado. Inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), e esse ano com um foco especial em *Conceitos e Aplicação ESG na Enel*, o programa se desdobra em 4 frentes: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano, e em 2021, alcançou mais de 10 mil participações entre os 56 eventos da iniciativa em todo o Brasil – número 130% maior quando comparado a 2020. Foram convidados mais de 40 especialistas externos e internos sobre as diversas temáticas tratadas nos debates, dinâmicas e palestras realizados no ano.

Certificações
A Enel Green Power Volta Grande conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional e a 37001 em gestão antissuborno.

9 RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

100 Open Startups
Somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios ente grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem Open Innovation no país.

Empresa Amiga da Criança
A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento as diversas iniciativa do Grupo voltadas para o apoio e desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética
A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do governo federal. A iniciativa avalia empresas em relação a práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal e novamente premiada no biênio 2020/2021.

Empresa Mais Digital de 2021
Prêmio concedido pelo +Digital Institute, reconhece as companhias mais bem posicionadas para enfrentar os desafios e colher as oportunidades do mundo digital, em eventos no quais são promovidas palestras, além de trilhas de conteúdo, salas de negócios e materiais sobre as melhores práticas de transformação digital.

Certificação Top Employer
Pela terceira vez consecutiva, a Enel Brasil foi certificada como uma empresa Top Employer. A certificação, realizada pelo Top Employers Institute, é internacional e avalia práticas de gestão de RH e condições dos colaboradores dentro das organizações.

Anuário Época Negócios 360
Em 2021, a Enel Brasil foi destaque no Anuário Época Negócios 360º, uma das mais importantes premiações do País, que ranqueia as 300 melhores companhias brasileiras. Fruto de uma parceria entre a revista Época e a Fundação Dom Cabral, a publicação contempla diferentes setores, entre eles, o de Energia. Na dimensão de Sustentabilidade, a Enel ficou na 15º posição entre as 300 empresas listadas no Guia de todos os setores.

Reconhecimento do Pacto Global sobre Práticas Empresariais de Direitos Humanos
O processo de Due Diligence de Direitos Humanos da Enel foi selecionado pelo Pacto Global do Brasil e pelo Escritório Regional do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos entre as 12 melhores práticas empresariais sobre o tema, em 2021. O processo de seleção envolveu uma chamada pública para as empresas apresentarem suas práticas, e as melhores foram selecionadas para compor uma publicação histórica e exclusiva de cases sobre Empresas e Direitos Humanos, em comemoração aos 10 anos de lançamento dos “Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos”.

10 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

	2021		2020	
Acionistas	**Ações**	**%**	**Ações**	**%**
Enel Brasil S.A.	565.756.528	100,00%	565.756.528	100,00%
Total	**565.756.528**	**100,00%**	**565.756.528**	**100,00%**

11 AGRADECIMENTOS

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2021 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.
A Administração.

12 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Fabio Destefani Campos	Diretor de Operação e Manutenção e Diretor Presidente (Interino)
Roberta Bonomi	Diretor Presidente
Vago	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Vago	Diretor de Compras

Relações com Investidores
Fabio Romanin

Contador Responsável
Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Enel Green Power Volta Grande S.A.

31 de dezembro de 2021
com Relatório do Auditor Independente sobre as
Demonstrações Contábeis Regulatórias

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Rio de Janeiro **- RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Enel Green Power Volta Grande S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Enel Green Power Volta Grande S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa n° 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Volta Grande S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Enel Green Power Volta Grande S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras societárias

A Enel Green Power Volta Grande S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 31 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6-F-RJ

Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo

Contador CRC RJ-092563/O-1

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	**64.914**	49.238
Títulos e valores mobiliários	**5**	**129**	147
Contas a receber	**6**	**21.625**	52.959
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	**7**	**13.987**	20.710
Outros tributos compensáveis	**8**	**520**	351
Serviços em curso		**546**	-
Outros créditos	**11**	**8.429**	7.988
Total do ativo circulante		**110.150**	131.393
Não circulante			
Tributos diferidos		**2.029**	1.022
Imobilizado	**9**	**51.047**	25.917
Intangível	**10**	**1.233.558**	1.280.015
Total do ativo não circulante		**1.286.634**	1.306.954
Total dos ativos		**1.396.784**	1.438.347
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	**12**	**36.625**	25.071
Debêntures	**15**	**97.522**	88.870
Salários, provisões e encargos		**774**	680
Imposto de renda e contribuição social a pagar	**13**	**28.181**	30.466
Outras obrigações fiscais	**13**	**2.887**	3.109
Encargos setoriais	**14**	**6.123**	6.105
Dividendos a pagar		**25.671**	59.684
Outras obrigações		**3**	-
Total do passivo circulante		**197.786**	213.985
Não circulante			
Debêntures	**15**	**642.808**	661.628
Tributos diferidos	**21**	**2.208**	2.209
Provisão para processos judiciais e outros	**16**	**161**	101
Total do passivo não circulante		**645.177**	663.938
Patrimônio líquido	**17**		
Capital social		**565.756**	565.756
Reservas de lucros		**188.200**	108.656
Lucros (Prejuízos) acumulados		**(200.135)**	(113.988)
Total do patrimônio líquido		**553.821**	560.424
Total dos passivos e patrimônio líquido		**1.396.784**	1.438.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Receita operacional bruta			
Fornecimento de energia elétrica	18	**396.007**	349.114
Tributos e encargos	18		
PIS		**(6.690)**	(5.839)
COFINS		**(30.813)**	(26.894)
Outras reduções de receita	18		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		**(3.812)**	(3.092)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		**(4.575)**	(2.952)
Taxa de fiscalização - TFSEE		**(1.342)**	(1.123)
Receita operacional líquida		**348.775**	**309.214**
Custos e despesas			
Energia elétrica comprada		**(28.971)**	(22.793)
Encargos de uso da rede elétrica		**(44.545)**	(44.276)
Impostos, taxas e contribuições		**-**	6.204
Recuperação de gastos decorrente da repactuação do GSF		**-**	6.497
Serviços de terceiros		**(7.975)**	(5.845)
Depreciação e amortização		**(47.515)**	(47.265)
Pessoal	19	**(6.362)**	(5.680)
Material		**(1.367)**	(2.763)
Seguros		**(3.957)**	(2.256)
Outras despesas operacionais		**(719)**	(813)
Total das despesas operacionais		**(141.411)**	(118.990)
Resultado da atividade		**207.364**	190.224
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		**6.634**	7.332
Despesas financeiras		**(111.198)**	(68.233)
		(104.564)	(60.901)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**102.800**	129.323
Imposto de renda e contribuição social	21		
Imposto de renda corrente e diferido		**(25.482)**	(32.272)
Contribuição social corrente e diferida		**(1.692)**	(11.753)
Lucro líquido do exercício		**75.626**	85.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**75.626**	85.298
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	**75.626**	85.298

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

		Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva Legal	Reserva de Reforço de Capital de giro	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	565.756	13.354	86.656	(74.300)	591.466
Lucro líquido do exercício	-	-	-	85.298	85.298
Dividendos adicionais propostos	-	-	(86.656)	-	(86.656)
Destinação do lucro líquido					
Reserva legal	-	6.249	-	(6.249)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(29.684)	(29.684)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	89.053	(89.053)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	565.756	19.603	89.053	(113.988)	560.424
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**75.626**	**75.626**
Dividendos adicionais propostos	**-**	**-**	**(41.558)**	**-**	**(41.558)**
Destinação do lucro líquido					
Reserva legal	**-**	**8.089**	**-**	**(8.089)**	**-**
Juros sobre capital próprio	**-**	**-**	**-**	**(15.000)**	**(15.000)**
Dividendos mínimos obrigatórios	**-**	**-**	**-**	**(25.671)**	**(25.671)**
Dividendo adicional proposto	**-**	**-**	**113.013**	**(113.013)**	**-**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	**565.756**	**27.692**	**160.508**	**(200.135)**	**553.821**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Enel Green Power Volta Grande S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**75.626**	85.298
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	**425**	-
Provisão para processos judiciais e outros	**95**	31
Juros provisionados sobre debêntures	**29.448**	-
Variações monetárias e cambiais provisionadas	**79.243**	65.968
Depreciação e amortização	**47.516**	47.265
Repactuação do GSF	**-**	(6.497)
Apropriação de custos de transação de debêntures	**1.582**	1.581
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	**25.482**	44.025
	259.417	237.671
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	**30.909**	3.214
Tributos a compensar	**5.548**	11.287
Serviços em curso	**(546)**	-
Outros créditos	**(441)**	(2.992)
(Aumento) redução nos passivos operacionais:		
Fornecedores	**11.554**	(3.790)
Salários, provisões e encargos sociais	**94**	55
Impostos, taxas e contribuições a recolher	**(2.329)**	356
Taxas regulamentares	**18**	1.577
Outras obrigações	**126**	-
	304.350	247.378
Pagamento de processos judiciais	**(35)**	(33)
Pagamento de juros de debêntures	**(29.537)**	(28.312)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(25.661)**	(15.734)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**249.117**	203.299
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	**18**	5.431
Aquisição para o ativo intangíveis e imobilizado	**(26.190)**	(15.734)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	**(26.172)**	(10.303)
Fluxo de caixa nas atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	**(101.243)**	(85.541)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	**(15.000)**	-
Pagamento de debêntures - principal	**(90.903)**	(82.454)
Pagamento de arrendamento mercantil	**(123)**	-
Caixa líquido usado pelas atividades de financiamento	**(207.269)**	(167.995)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**15.676**	25.001
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**49.238**	24.237
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**64.914**	49.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. Informações gerais

A Enel Green Power Volta Grande S.A. ("Companhia" ou "EGP Volta Grande"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, 1, Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hídrica.

Em 27 de setembro de 2017, a Enel Brasil S.A. adquiriu um contrato de 30 anos de concessão da usina de Volta Grande, já em operação, localizada no sudeste do país, com uma capacidade total instalada de 380 MW, de acordo com o 'Leilão de Concessões não prorrogadas' organizado pelo Governo Federal por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A Companhia firmou o contrato de concessão em 10 de novembro de 2017, com início da prestação de serviço em 1º de dezembro de 2017 e término em 1° de dezembro de 2047, sendo em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 alterada pela Lei n° 13.203/2015, mediante pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, fixados pela Resolução n° 12 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 12 de maio de 2017 e no Edital do Leilão Aneel n° 01/2017. Em contrapartida, pela prestação de serviços de geração, exclusivamente pela disponibilização da parcela da garantia física destinada ao regime de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica, a Companhia é remunerada pela Receita Anual de Geração. O valor anual da RAG original para o ciclo de 2017/2018 foi de R$ 198.028, conforme Resolução Homologatória 2.353/2017. Para o ciclo 2021/2022 a RAG estabelecida na Resolução Homologatória 2.9026/2021 é de R$ 248.417. Do total de sua energia assegurada, 70% é comercializada através do regime de cotas com uma receita mensal fixa. Os outros 30% da geração são comercializados no mercado livre.

A usina hidrelétrica Volta Grande está localizada no Rio Grande, nos estados de Minas Gerais e São Paulo. A planta entrou em operação em 1974, com 380 MW de capacidade instalada e com garantia física de 230,6 MW.

Repactuação do risco hidrológico - GSF *(Generation Scaling Factor)*

O mercado brasileiro de curto prazo está com problemas de liquidez desde 2015, ano em que diversas liminares na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho térmico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo devido a fatores não gerenciáveis não relacionados ao risco hidrológico. Dessa forma, as liminares isentam os geradores hidráulicos do pagamento dos valores em aberto no mercado de curto prazo, valor que hoje chega a R$ 8,5 bilhões e representa cerca de 60% do valor contabilizado total do mercado.

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/2020, que alterou a Lei 13203/2015, para permitir a renegociação e repactuação do risco hidrológico, firmado judicialmente desde 2015, para as usinas que comercializam energia no ACL. Por meio de consulta pública realizada pela ANEEL, em 1º de dezembro, foi aprovada a Resolução Normativa nº 895, que prevê a compensação dos efeitos decorrentes de (i) restrições ao fluxo de energia devido ao atraso na implantação das instalações de transmissão de energia elétrica destinado ao fluxo de energia das plantas estruturantes; (ii) diferença entre a garantia física concedida na fase de comissionamento e os valores efetivos de agregação de cada unidade geradora das grandes concessões hidrelétricas; (iii) Geração térmica fora da ordem de mérito; e (iv) importação de energia elétrica. A regulamentação incorporou pleitos dos agentes de geração, como a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões da outorga da concessão; o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei nº 12.783, de 2013; e a

consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da geração da UHE Belo Monte.

O valor apurado, decorrente da aplicação retroativa dos parâmetros definidos na referida lei, será ressarcido aos agentes de geração mediante extensão do prazo das outorgas vigentes, limitada a 7 (sete) anos, dispondo o gerador livremente da energia.

Para tanto, é necessário que o agente titular da outorga vigente de geração que tenha interesse na repactuação desista de ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE e renuncie a qualquer alegação de direito sobre o qual se funda a ação ou, para agentes que não possuem litígio judicial, declarem renúncia a qualquer pretensão judicial de limitação percentual de riscos hidrológicos relacionados ao MRE.

Interessada na repactuação, a Administração da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2020, aprovou a adesão da EGP Volta Grande aos termos da Lei 14.052/2020, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, dentre elas o comprometimento de não instaurar ações judiciais.

Dessa forma, a EGP Volta Grande apurou o montante R$ 6.497 a ser compensado por meio de prazo de concessão, cujos impactos contábeis em 31 de dezembro de 2020 são a recuperação de custos com energia elétrica (Nota 19) e o reconhecimento de ativo intangível no mesmo montante (Nota 10).

Como próximos passos, a CCEE deverá publicar o resultado do cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos, de acordo com as regras aprovadas pela ANEEL, no máximo em 90 dias após a publicação da Resolução Normativa nº 895, e os agentes terão até 60 dias para firmar os contratos.

1.1. Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil têm adotado o trabalho remoto há alguns anos. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram e tornaram-se pandêmicos, a Companhia decidiu estender o trabalho remoto para todos os dias úteis até junho de 2021 para todos os profissionais elegíveis.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, cujas atividades são imprescindíveis para a manutenção da prestação do serviço com a qualidade que sempre foi entregue, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, a Companhia também estendeu o benefício de saúde, com apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19.

O trabalho remoto tem propiciado novas possibilidades de comunicação e operação. A determinação dessa forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só foi possível pelos investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias no decorrer dos últimos anos. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

Monitoramento e plano estratégico

A Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

A Enel e suas subsidiárias, adicionaram indicadores de performance para cada área de negócio, o que tem proporcionado de forma tempestiva informações relacionadas às operações, transações e resultados operacionais. Nesse contexto, o alto nível de digitalização foi um fator imprescindível para a aplicação destes indicadores. Através destes indicadores, é possível, de forma confiável, monitorar o nível de operação de suas atividades, a qualidade do serviço prestado, bem como, se aplicável, eventuais reduções em atividades suportes em decorrência do trabalho remoto.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

Impacto e perspectiva econômico-financeiros

A crise provocada pelo COVID-19 reduziu a demanda de energia, e consequentemente, os preços no mercado de curto prazo, porém, o impacto na Companhia foi limitado devido a estratégia de contratação de sua energia de maneira antecipada. A redução de demanda levou a redução de alguns contratos com consumidores finais (devido à redução de sua atividade econômica e consumo de energia), além de ter impactado as operações da empresa no mercado de curto prazo. A Companhia entende ser prematuro projetar o fim da pandemia da COVID-19, principalmente pela incerteza com relação os efeitos econômicos oriundos do Coronavírus e o prazo em que estes serão totalmente revertidos. Contudo, considerando o processo gradual de imunização iniciado pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.

1.2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas as geradoras privadas, são obrigadas a fazê-lo através de um processo de leilão. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador, ANEEL, e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, instrumento financeiro derivativo - *hedge* e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

Para melhor entendimento do leitor, as principais diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na Nota 22.

A autorização para emissão destas demonstrações contábeis regulatórias ocorreu em reunião da Diretoria realizada em 29 de abril de 2022.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado, as exceções são as transações cujos ganhos e perdas são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

3. Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos

3.1. Receita de contratos com clientes

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações do resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

a) Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de venda de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE") são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada ("energia secundária"), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do PLD e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros

A Companhia adotou o CPC 48, e seus ativos financeiros foram mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos. A Companhia realizou o cálculo das taxas de perda separadamente para cada segmento de clientes (corporativo, grandes clientes e administração pública). Além disso, quando aplicável, foram consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas.

b) Hedge de fluxo de caixa

A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge designado e qualificado como hedge de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", enquanto a parcela não efetiva é imediatamente reconhecida na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem

os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na Demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima.

3.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Em 31 de dezembro de 2020, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.4. Imobilizado

O ativo imobilizado em serviço é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao prazo da outorga.

3.5. Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL n°674, de 11 de agosto de 2015, (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

GSF *(Generation Scaling Factor)*

Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC-04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC-04, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia, tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga.

3.6. Provisão para processos judiciais e outros

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e ambientais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

3.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direto legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um imposto de renda ativo e contribuição social diferido são reconhecidos em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço, de forma a refletir as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil específica.

3.8. Resultado básico por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, conforme pronunciamento técnico CPC 41.

3.9. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2020

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Vale ressaltar que as mudanças descritas a seguir dependem de aprovação por parte do órgão regulador para que sejam devidamente refletidas nas demonstrações contábeis regulatórias.

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos | IFRS 16 - *Leases*

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:

(a) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;

(b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e

(c) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada

pela Companhia.

3.10. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Vale ressaltar que as mudanças descritas a seguir dependem de aprovação por parte do órgão regulador para que sejam devidamente refletidas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1° de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1° de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1° de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1° de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC

Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE

A ANEEL, por meio do Despacho SFF/ANEEL nº 2.904, de 17 de setembro de 2021, decidiu: (i) revisar o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, na dimensão procedimental; (ii) revogar a versão 2015 do MCSE, aprovada pela Resolução Normativa nº 605, de 2014, substituída pela Resolução Normativa nº 933/2021; e aprovar a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Dessa forma, seus efeitos estarão refletidos na DCR do exercicio findo em 31 de dezembro de 2022.

3.11. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e as revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias.

As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. As principais estimativas e premissas compreendem incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e provisões para processos judiciais e outros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e contas correntes bancárias	**25.163**	1.635
Aplicações diretas		
CDB - Certificado de Depósito Bancário	**39.751**	47.603
Total aplicações diretas	**39.751**	47.603
Total de caixa e equivalentes de caixa	**64.914**	49.238

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

5. Títulos e Valores mobiliários

	31/12/2021	31/12/2020
Fundos exclusivos		
Títulos públicos	**129**	125
Letras financeiras	**-**	22
Total de fundos exclusivos	**129**	147
Total de títulos e valores mobiliários	**129**	147

A Companhia participa como cotista em fundo de investimento exclusivo das empresas do Grupo Enel no Brasil. O fundo aplica em títulos do governo e títulos de emissores privados de primeira linha e possuem gestores altamente qualificados que são auditados anualmente.

6. Contas a receber de clientes

	A vencer	31/12/2021	31/12/2020
Regime de cotas	**9.453**	**9.453**	14.564
Mercado de curto prazo	**-**	**-**	31.627
Contas a receber partes relacionadas (Nota 21)	**12.597**	**12.597**	6.768
	22.050	**22.050**	52.959
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	**(425)**	**(425)**	-
	21.625	**21.625**	52.959
Circulante		**21.625**	52.959
Não circulante		**-**	-

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

A movimentação da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	31/12/2020	Adição	Reversão	31/12/2021
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	**(425)**	**-**	**(425)**
	-	**(425)**	**-**	**(425)**

7. Tributos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social	**13.987**	20.710
Total	**13.987**	20.710

8. Outros tributos a compensar

	31/12/2021	31/12/2020
PIS e COFINS	**412**	346
ICMS	**108**	5
Total	**520**	351

9. Imobilizado

Os bens e as instalações da Companhia seguem demonstrados abaixo, com suas respectivas depreciações, a saber:

Ativo Imobilizado em Serviço - R$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições	Reclassificações	Valor Bruto em 31/12/2021	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Administração	**160**	**-**	**-**	**160**	**(67)**	**93**	**120**
Máquinas e Equipamentos	160	-	-	160	(67)	**93**	120
Subtotal	**160**	**-**	**-**	**160**	**(67)**	**93**	**120**

Ativo Imobilizado em Curso - R$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições	Reclassificações	Valor Bruto em 31/12/2021	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Geração	**25.797**	**25.892**	**(735)**	**50.954**	**-**	**50.954**	**25.797**
Máquinas e Equipamentos	22.525	25.889	(302)	48.112	-	**48.112**	22.525
Outros	3.272	3	(433)	2.842	-	**2.842**	3.272
Subtotal	**25.797**	**25.892**	**(735)**	**50.954**	**-**	**50.954**	**25.797**
Total do Ativo Imobilizado	**25.957**	**25.892**	**(735)**	**51.114**	**(67)**	**51.047**	**25.917**

A movimentação do imobilizado é como segue:

		2021			2020
Ativo Imobilizado - R$ Mil	**Taxas anuais médias de depreciação (%)**	**Valor Bruto**	**Depreciação e Amortização Acumulada**	**Valor líquido**	**Valor líquido**
Em serviço					
Administração		**160**	**(67)**	**93**	**120**
Custo Histórico	18,33%	160	(67)	93	120
Em Curso - R$ Mil		**160**	**(67)**	**93**	**120**
Geração		50.954	-	50.954	**25.797**
		50.954	**-**	**50.954**	**25.797**
		51.114	**(67)**	**51.047**	**25.917**

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Total
Máquinas e Equipamentos	9.992	15.520	380	**25.892**
Total das Adições	**9.992**	**15.520**	**380**	**25.892**

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Intangível

O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

Intangível - R$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições	Reclassificações	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Ativo Intangível em Serviço								
Geração	**1.426.313**	**299**	**-**	**1.426.612**	**299**	**(195.909)**	**1.230.703**	**1.277.895**
Softwares	32			**32**	-	(26)	**6**	13
Outros	1.426.281	299		**1.426.580**	299	(195.883)	**1.230.697**	1.277.882
Subtotal	**1.426.313**	**299**	**-**	**1.426.612**	**299**	**(195.909)**	**1.230.703**	**1.277.895**
Ativo Intangível em Curso								
Administração	**2.121**	**(1)**	**735**	**2.855**	**(1)**	**-**	**2.855**	**2.120**
Softwares	2.121	(1)	735	**2.855**	(1)		2.855	2.120
Outros					-		-	-
Subtotal	**2.121**	**(1)**	**735**	**2.855**	**(1)**	**-**	**2.855**	**2.120**
Total do Ativo Intangível	**1.421.755**	**298**	**735**	**1.429.467**	**298**	**(195.909)**	**1.233.558**	**1.280.015**

Com a repactuação do risco hidrológico – GSF e seguindo o que foi estabelecido na Resolução Normativa nº 895/2020, a ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.919, de 12 de agosto de 2021, homologou o prazo de 162 dias de extensão da outorga e o montante de R$6.796, o qual está sendo compensados por meio do prazo de extensão da outorga. A Companhia já havia registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de R$ R$6.497, e efetuou o complemento de R$299 no exercício findo de 31 de dezembro de 2021.

		2021			2020
Ativo Intangível - R$ Mil	**Taxas anuais médias de depreciação (%)**	**Valor Bruto**	**Depreciação e Amortização Acumulada**	**Valor líquido**	**Valor líquido**
Em serviço					
Geração		**1.426.612**	**(195.909)**	**1.230.703**	**1.277.895**
Custo Histórico	0,00%	1.426.612	(195.909)	1.230.703	1.277.895
		1.426.612	**(195.909)**	**1.230.703**	**1.277.895**
Em Curso					
Administração		2.855		2.855	**2.120**
		2.855	**-**	**2.855**	**2.120**
		1.429.467	**(195.909)**	**1.233.558**	**1.280.015**

11. Outros créditos

	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos a empregados	**54**	38
Adiantamentos a fornecedores	**1.055**	-
Estoque	**1.186**	-
Despesas pagas antecipadamente	**3.002**	2.520
Outros	**3.132**	5.430
Total	**8.429**	7.988

12. Fornecedores

	31/12/2021	31/12/2020
Compra de energia	**1.596**	-
Encargos de uso da rede	**4.202**	6.301
Partes relacionadas	**10.975**	6.498
Materiais e serviços	**19.852**	12.272
Total	**36.625**	25.071

13. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda e Contribuição Social	**28.181**	30.466
	28.181	30.466

	31/12/2021	31/12/2020
ICMS	**102**	-
ISS	**39**	190
PIS	**475**	489
COFINS	**2.019**	2.259
Contribuições e Encargos Trabalhistas	**28**	114
Tributos retidos na fonte	**12**	-
Outros	**212**	57
Total	**2.887**	3.109

14. Taxas regulamentares

	31/12/2021	31/12/2020
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	**5.155**	4.001
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	**94**	123
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	**874**	1.981
Total	**6.123**	6.105

15. Debêntures

Em 15 de outubro de 2019, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, em 2 (duas) séries com a captação de R$ 800.000, cuja data de liquidação é 15 de outubro de 2029. Os recursos captados têm como objetivo ser utilizado para reembolso de gastos, despesas e dívidas relacionadas ao pagamento de bonificação pela outorga de concessão da usina hidrelétrica Volta Grande, cadastrada com o Código Único de Empreendimento de Geração – CEG – UHE.PH.SP.003045-7.01, de titularidade da Emissora, nos termos do disposto no art. 2º, §3º, do Decreto 8.874 ('Projeto').

				Vencimento				
	31/12/2021	31/12/2020	**Emissão**	**Inicial**	**Final**	**Remuneração**	**Tipo de amortização**	**Quantidade de títulos**
1ª série - 1ª emissão	**488.324**	495.947	15/10/2019	05/11/2019	15/10/2029	100% IPCA + 3,70%	Anual	519.000
2ª série - 1ª emissão	**264.392**	268.519	15/10/2019	05/11/2019	15/10/2029	100% IPCA + 3,70%	Anual	281.000
(-) Custo de transação	**(12.386)**	(13.968)						
Total de debêntures	**740.330**	750.498						
Circulante	**97.522**	88.870						
Não circulante	**642.808**	661.628						
	740.330	750.498						

Composição do saldo por principal e encargos:

	31/12/2021			**31/12/2020**		
	Encargos	**Principal**		**Encargos**	**Principal**	
	Circulante	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
1ª série - 1ª emissão	**3.717**	**60.576**	**424.031**	3.775	54.905	437.267
2ª série - 1ª emissão	**2.013**	**32.797**	**229.582**	2.044	29.727	236.748
(-) Custo de transação	**-**	**(1.581)**	**(10.805)**	-	(1.581)	(12.387)
Total de debêntures	**5.730**	**91.792**	**642.808**	5.819	83.051	661.628

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2019	83.324	710.384	793.708
Amortizações	(82.454)	-	(82.454)
Encargos pagos	(28.312)	-	(28.312)
Transferências	85.022	(85.022)	-
Juros provisionados	29.709	-	29.709
Atualização monetária	-	36.266	36.266
Apropriação - custo de transação	1.581	-	1.581
Em 31 de dezembro de 2020	88.870	661.628	750.498
Amortizações	**(90.903)**	**-**	**(90.903)**
Encargos pagos	**(29.537)**	**-**	**(29.537)**
Transferências	**98.062**	**(98.062)**	**-**
Juros provisionados	**29.448**	**-**	**29.448**
Atualização monetária	**-**	**79.242**	**79.242**
Apropriação - custo de transação	**1.582**	**-**	**1.582**
Em 31 de dezembro de 2021	**97.522**	**642.808**	**740.330**

Período de amortização das debêntures no longo prazo:

	2023	2024	2025	2026	Após 2026	Total
1ª série - 1ª emissão	**61.816**	**61.815**	**61.815**	**61.815**	**176.770**	**424.031**
2ª série - 1ª emissão	**33.470**	**33.468**	**33.468**	**33.468**	**95.708**	**229.582**
(-) Custo de transação	**(1.582)**	**(1.581)**	**(1.581)**	**(1.581)**	**(4.480)**	**(10.805)**
Total a amortizar	**93.704**	**93.702**	**93.702**	**93.702**	**267.998**	**642.808**

16. Provisão para processos judiciais e outros

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos cíveis, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	Saldo em 31/12/2020	Adições (reversões)	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Cíveis	101	**70**	**25**	**(35)**	**161**
Total	101	**70**	**25**	**(35)**	**161**

	Saldo em 31/12/2019	Adições (reversões)	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2020
Cíveis	103	31	-	(33)	101
Total	103	31	-	(33)	101

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Riscos possíveis

A Companhia possui o montante de R$ 38 classificado como riscos possíveis relacionado a processos cíveis.

17. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

A companhia possuía a seguinte composição acionária para 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021		31/12/2020	
Acionista	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital	Quantidade de Ações (unidades)	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	**565.756.528**	**100%**	565.756.528	100%
Total	**565.756.528**	**100%**	565.756.528	100%

b) Reserva Legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

c) Reserva de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 20 do estatuto social da Companhia.

18. Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita anual de geração - RAG	**213.119**	196.088
Receita anual de geração - RAG - partes relacionadas	**53.820**	51.397
Suprimento de energia - partes relacionadas	**104.458**	85.039
Suprimento - curto prazo	**24.610**	16.590
Total da Receita operacional bruta	**396.007**	349.114
(-) Deduções da receita		
PIS	**(6.690)**	(5.839)
COFINS	**(30.813)**	(26.894)
P&D e eficiência energética	**(3.812)**	(3.092)
Compensação financeira utilização de recursos hídricos	**(4.575)**	(2.952)
Taxa de Fiscalização	**(1.342)**	(1.123)
Total de deduções de receita	**(47.232)**	(39.900)
Total da receita	**348.775**	309.214

19. Pessoal e administradores

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal		
Remuneração	**(3.656)**	(3.457)
Encargos	**(1.501)**	(1.302)
Participação nos lucros e resultados - PLR	**(357)**	(557)
Outros	**(848)**	(364)
Total	**(6.362)**	**(5.680)**

Remuneração dos Administradores – Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2021

20. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	**3.330**	2.263
Variação cambial ativa	**28**	-
Atualização de créditos tributários	**33**	-
Juros e atualização monetária de mercado curto prazo	**3.261**	4.352
Outras receitas financeiras	**304**	1.075
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	**(322)**	(358)
Total da receitas financeiras	**6.634**	7.332
Despesas financeiras		
Juros e multas	**(252)**	(40)
Variação cambial passiva - outros	**(31)**	
Atualização de provisão para riscos cíveis	**(25)**	-
Encargos de dívidas	**(29.448)**	(29.709)
Custos de transação de debêntures	**(1.582)**	(1.581)
Variações monetárias - dívidas	**(79.243)**	(36.266)
Outras despesas financeiras	**(617)**	(637)
Total da despesas financeiras	**(111.198)**	(68.233)
Total	**(104.564)**	(60.901)

21. Imposto de renda e contribuição social

	2021	**2021**	2020	2020
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**102.800**	**102.800**	129.323	129.323
Reversão dos juros sobre capital próprio				
Alíquota nominal dos tributos	**25%**	**9%**	25%	9%
	(25.676)	**(9.252)**	(32.307)	(11.639)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	**-**	**-**	(47)	(19)
Outros	**(267)**	**(96)**	-	-
Ajustes - diferenças entre societário e regulatório	**-**	**-**	82	(95)
Reversão de tributos diferidos passivos	**3.750**	**1.350**	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(22.193)**	**(7.998)**	(32.272)	(11.753)
Imposto de renda e contribuição social correntes	**(20.715)**	**(7.466)**	(30.998)	(11.168)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(4.767)**	**5.774**	(1.274)	(585)
Total	**(25.482)**	**(1.692)**	(32.272)	(11.753)

	Balanços patrimoniais	
	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - IR e CS sobre diferenças temporárias	**2.029**	1.022
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	**(223)**	-
Outras Provisões	**2.252**	1.022
Passivo - IR e CS sobre diferenças temporárias	**2.208**	2.209
Repactuação GSF	**2.208**	2.209
Total - Passivo diferido líquido	**179**	**1.187**

22. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Considerações gerais

O Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

a) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 100% da dívida indexada ao IPCA.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2021 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

					Cenário + 25%		**Cenário + 50%**	
Instrumento	**Indexador do contrato**	**Taxa projetada**	**Saldo em 31/12/2021**	**Provável**	Cenário	**Efeito líquido no resultado**	Cenário	**Efeito líquido no resultado**
Debêntures	IPCA	4,18%	740.330	81.290	94.197	12.907	106.892	25.602
Total				**81.290**	**94.197**	**12.907**	**106.892**	**25.602**

b) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros das debêntures da

Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Debêntures	**121.315**	**480.358**	**310.025**	**911.698**
	121.315	**480.358**	**310.025**	**911.698**

Valorização dos instrumentos financeiros

Na determinação do valor justo das debêntures, a Administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas consideradas adequadas para realização de novas operações no mercado.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Valor justo hierárquico

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020 são como segue:

			31/12/2021		31/12/2020	
	Categoria	**Nível**	**Valor contábil**	**Valor justo**	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	**64.914**	**64.914**	49.238	49.238
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	**129**	**129**	147	147
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	**21.625**	**21.625**	52.959	52.959
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	**36.625**	**36.625**	25.071	25.071
Debêntures	Custo amortizado	2	**740.330**	**752.716**	750.498	764.466
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	**34.671**	**34.671**	59.684	59.684

23. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela sua Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguros contratadas:

Riscos	Data de vigência		Importância Segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/2021	31/10/2022	2.112.391	6.284.021
Responsabilidade civil	31/10/2021	31/10/2022	N/A	112.814
Responsabilidade civil de administradores - D&O	31/10/2021	31/10/2022	N/A	82.725
Riscos ambientais	31/10/2021	31/10/2022	N/A	131.934

24. Conciliação do balanço patrimonial societário e regulatório

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil com as informações regulatórias.

	31/12/2021			31/12/2020		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	**64.914**	**-**	**64.914**	49.238	-	49.238
Títulos e valores mobiliários	**129**	**-**	**129**	147	-	147
Contas a receber de clientes	**21.625**	**-**	**21.625**	52.959	-	52.959
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	**13.987**	**-**	**13.987**	-	-	-
Outros tributos compensáveis	**520**	**-**	**520**	21.061	-	21.061
Serviços em curso	**546**	**-**	**546**	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	**-**	**-**	**-**	-	-	-
Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão	**58.844**	**(58.844)**	**-**	53.411	(53.411)	-
Outros créditos	**8.429**	**-**	**8.429**	7.988	-	7.988
Total do ativo circulante	**168.994**	**(58.844)**	**110.150**	184.804	(53.411)	131.393
Não circulante						
Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão	**1.471.103**	**(1.471.103)**	**-**	1.388.682	(1.388.682)	-
Tributos diferidos	**-**	**2.028**	**2.028**	-	1.022	1.022
Imobilizado	**51.489**	**(442)**	**51.047**	25.999	(82)	25.917
Intangível	**9.408**	**1.224.151**	**1.233.559**	8.631	1.271.384	1.280.015
Total do ativo não circulante	**1.532.000**	**(245.366)**	**1.286.634**	1.423.312	(116.358)	1.306.954
Total do ativo	**1.700.994**	**(304.210)**	**1.396.784**	1.608.116	(169.769)	1.438.347

	31/12/2021			31/12/2020		
	Societário	**Ajustes**	**Regulatório**	**Societário**	**Ajustes**	**Regulatório**
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	**36.625**	**-**	**36.625**	25.071	-	25.071
Salários, provisões e encargos	**774**	**-**	**774**	680	-	680
Imposto de renda e contribuição social a pagar	**28.181**	**-**	**28.181**	30.466	-	30.466
Outras obrigações fiscais	**2.887**	**-**	**2.887**	3.109	-	3.109
Encargos setoriais	**6.123**	**-**	**6.123**	6.105	-	6.105
Dividendos a pagar	**25.671**	**-**	**25.671**	59.684	-	59.684
Obrigações por arrendamentos	**215**	**(215)**	**-**	24	(24)	-
Debêntures	**97.522**	**-**	**97.522**	88.870	-	88.870
Outras obrigações	**3**	**-**	**3**	-	-	-
Total do passivo circulante	**198.001**	**(215)**	**197.786**	214.009	(24)	213.985
Não circulante						
Provisão para contingências	**161**	**-**	**161**	101	-	101
Impostos diferidos passivos	**105.844**	**103.636)**	**2.208**	57.902	(55.693)	2.209
Obrigações por arrendamentos	**223**	**(223)**	**-**	64	(64)	-
Debêntures	**642.808**	**-**	**642.808**	661.628	-	661.628
Total do passivo não circulante	**749.036**	**(103.859)**	**645.177**	719.695	(55.757)	663.938
Patrimônio líquido						
Capital social	**565.756**	**-**	**565.756**	565.756	-	565.756
Reserva de lucros	**188.201**	**0**	**188.201**	108.656	-	108.656
Prejuízos acumulados	**-**	**(200.136)**	**(200.136)**	-	(113.988)	(113.988)
Outros resultados abrangentes	**-**	**-**	**-**	-	-	**-**
Total do patrimônio líquido	**753.957**	**(200.136)**	**553.821**	674.412	(113.988)	560.424
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.700.994**	**(304.210)**	**1.396.784**	1.608.116	(169.769)	1.438.347

25. Conciliação da demonstração do resultado do exercício societária e regulatória

	31/12/2021			31/12/2020		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita operacional bruta						
Fornecimento de energia elétrica	396.007	-	396.007	349.114	-	349.114
Atualização do bônus de concessão	144.019	(144.019)	-	64.770	(64.770)	-
Amortização do bônus de concessão	(56.165)	56.165	-	(51.895)	51.895	-
	483.861	(87.854)	396.007	361.989	(12.875)	349.114
Deduções da receita bruta						
PIS-PASEP	(6.690)	-	(6.690)	(5.839)	-	(5.839)
Cofins	(30.813)	-	(30.813)	(26.894)	-	(26.894)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	(4.575)	-	(4.575)	(2.952)	-	(2.952)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(3.812)	-	(3.812)	(3.092)	-	(3.092)
Taxa de fiscalização - TFSEE	(1.342)	-	(1.342)	(1.123)	-	(1.123)
	(47.232)	-	(47.232)	(39.900)	-	(39.900)
Receita operacional líquida	436.629	(87.854)	348.775	322.089	(12.875)	309.214
Custos e despesas						
Energia elétrica comprada	(28.971)	-	(28.971)	(20.683)	-	(20.683)
Encargos de uso da rede elétrica	(44.545)	-	(44.545)	(40.182)	-	40.182
Recuperação de gastos decorrente da repactuação do GSF	-	-	-	6.497	-	6.497
Serviços de terceiros	(7.975)	-	(7.975)	(5.845)	-	(5.845)
Amortização	(137)	(47.378)	(47.515)	(109)	(47.156)	(47.265)
Pessoal	(6.362)	-	(6.362)	(5.680)	-	(5.680)
Material	(1.367)	-	(1.367)	(2.763)	-	(2.763)
Seguros	(3.957)	-	(3.957)	(2.256)	-	(2.256)
Outras despesas operacionais	(846)	127	(719)	(720)	(93)	(813)
	(94.160)	(47.251)	(141.411)	(71.741)	(47.249)	(38.626)
Resultado da atividade	342.469	(135.105)	207.364	250.348	(60.124)	270.588
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	6.634	-	6.634	7.332	-	7.332
Despesas financeiras	(111.206)	8	(111.198)	(68.244)	11	(68.233)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	237.897	(135.097)	102.800	189.436	(60.113)	209.687
Imposto de renda	(55.967)	30.485	(25.482)	(47.382)	15.110	(32.272)
Contribuição social	(20.157)	18.465	(1.692)	(17.068)	5.315	(11.753)
Lucro do exercício	161.773	(86.147)	75.626	124.986	(39.688)	165.662

26. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício societária e regulatória

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

a) Ativo financeiro – contas a receber vinculado a concessão

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e portanto sua contabilização embasada no ICPC 01, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, incialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

Conforme edital do leilão firmado em 10 de novembro de 2017, a Companhia efetuou um pagamento de R$ 1.419.784 à título de bonificação pela outorga a ser ressarcido ao longo do contrato de concessão de 30 anos. Em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga, garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco

de demanda, a Companhia classificou o montante a receber da Bonificação pela Outorga como ativo financeiro, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA durante o período de vigência da concessão.

b) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens. Na referida rubrica encontra-se registrado o valor pago pela Bonificação de Outorga - BO, fixados pela Resolução n° 12 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 12 de maio de 2017 e no Edital do Leilão Aneel n° 01/2017, o qual será amortizado até o final do prazo da outorga.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos (balanço e resultado)

As diferenças de classificação contábil apresentadas no quadro de conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário ocasionaram em ajustes na constituição de tributos diferidos relativos ao Retorno da Bonificação de Outorga ("RBO").

d) Receita de atualização da bonificação de outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão entende-se, também, que a receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do ativo financeiro deverá ser classificada como "receita operacional". Para a usina de Volta Grande existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga ("RBO"). A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

Conforme comentado no item 3.5, o efeito do valor pago pela bonificação de Outorga – BO, foi registrado contra a rubrica "Intangível" no balanço patrimonial e a amortização correspondente reclassificada de receita operacional líquida para despesas operacionais. Além disso, para fins regulatório, a atualização monetária do ativo financeiro constituído no societário, tomada por base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") foi eliminada.

Em relação ao societário, por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e portanto sua contabilização embasada no ICPC 01, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG. Vale ressaltar que tal prática não é adotada na contabilidade regulatória, sendo o montante total pago pela concessão tratado como ativo intangível e amortizado linearmente até o final da mesma.

e) Exclusão do efeito resultante da adoção inicial do CPC 06 (R2)

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, a Companhia não considera os efeitos resultantes da adoção inicial do CPC 06 (R2), devido o mesmo não ter sido aprovado pela ANEEL quando de sua emissão em 2018. Para fins societários, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2019, e não reapresentou as informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação de arrendamentos. As eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos de direito de uso e de obrigações por arrendamento resultantes da adoção inicial do CPC 06 (R2) foram desconsideradas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Para fins das demonstrações contábeis regulatórias, a Companhia não considera os efeitos resultantes da adoção do CPC 06 (R2). Para fins societários, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2019. As eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos de direito de uso e de obrigações por arrendamento resultantes da adoção inicial do CPC 06 (R2) foram desconsideradas nas demonstrações contábeis regulatórias.

27. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio líquido societário	**560.424**	**674.412**
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do bônus de concessão	**(144.019)**	**(64.770)**
Amortização do bônus de concessão	**8.787**	**4.739**
Tributo diferido ref. bonificação de outorga	**49.375**	**20.425**
Adoção dos arrendamentos segundo os critérios do CPC 06 (R2)	**(290)**	**(82)**
Ajustes decorrentes das reservas societárias	**79.544**	**(74.300)**
Patrimônio líquido regulatório	**553.821**	**560.424**

28. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido societário	**161.773**	**124.986**
Efeito dos Ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do bônus de concessão	**(144.019)**	**(64.770)**
Amortização do bônus de concessão	**8.787**	**4.739**
Tributo diferido ref. bonificação de outorga	**49.375**	**20.425**
Adoção dos arrendamentos segundo os critérios do CPC 06 (R2)	**(290)**	**(82)**
Lucro líquido regulatório	**75.626**	**85.298**

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Contábeis Regulatórias 2021

Os Diretores da Enel Green Power Volta Grande S.A. ("Companhia" ou "EGP Volta grande"), inscrita no CNPJ/MF Nº 25.176.391/0001-20, com na praça Leoni Ramos, 1, Niterói, Rio de Janeiro, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis Regulatórias da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Rio de Janeiro - RJ, 29 de abril de 2022

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Fabio Destefani Campos	Diretor de Operação e Manutenção e Diretor Presidente (Interino)
Roberta Bonomi	Diretor Presidente
Vago	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Vago	Diretor de Compras

TERMO DE RESPONSABILIDADE
Demonstração contábil regulatória - DCR

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas prevista emLei, a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades às quais ficaremos sujeitos.

Estamos cientes de que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução deimportâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeita a Outorgada àspenalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como os signatários, às previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2022.

Outorgada: EGP Volta Grande S.A.

Rob Assinado por ROBERTA BONOMI
Diretora-Presidente

Mara Ayesha Lopez Berrios Assinado por MARA AYESHA LOPEZ BERRIOS
Responsável da Administração

Camila Silva de Mello Assinado por CAMILA SILVA DE MELLO
Contadora 1RS083577/O-5

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:
(...)
X - fornecer informação falsa a ANEEL;

CÓDIGO PENAL
Art. 171 Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém emerro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.